

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 002/2024 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2024

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2024
Edital nº 002/2024 – retificação do edital de abertura

A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO nomeada por meio da Portaria nº 041/2024, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA:**

Dispõe sobre a retificação do edital de abertura do Concurso Público aberto pelo edital nº 001/2024

1. A inclusão do benefício de eleitor convocado e nomeado pela Justiça Eleitoral para pedido de isenção do valor da taxa de inscrição e do resultado da análise.

3. DO PEDIDO DE ISENÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DO RESULTADO DA ANÁLISE

3.1 Os candidatos que atenderem às condições estabelecidas a seguir, poderão solicitar isenção da taxa de inscrição à Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público **nos dias 07 a 09 de maio de 2024**, por meio do preenchimento da Ficha de Solicitação de Isenção que será disponibilizada no *site* www.fauel.org.br, conforme disposto neste item.

3.4 Isenção de taxa para eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral – Lei 010/2019

3.4.1 Haverá isenção do pagamento de valores a título de inscrição no concurso público aos eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral do Paraná, que prestaram serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais, ou em plebiscitos, ou em referendos.

3.4.2 Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral no período de eleições, plebiscitos e referendos, na condição de:

I – Presidente de Mesa, Primeiro e Segundo Mesário, Secretários e suplentes;

II – Membro, Escrutinador e Auxiliar de Junta Eleitoral;

III – Coordenador de Seção Eleitoral;

IV – Secretário de Prédio e Auxiliar de Juízo;

V – Designado para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem dos locais de votação.

3.4.3 Para ter direito à isenção o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral do Paraná por, **no mínimo, dois eventos eleitorais** (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivos ou não. A comprovação do serviço prestado será efetuada por meio da apresentação, no ato de inscrição, de documento expedido pela Justiça Eleitoral contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição.

3.4.4 Os documentos de comprovação dos itens 3.4 deverão ser enviados de forma eletrônica, em arquivos legíveis digitalizados, em formato PDF, para o e-mail concursojaguapita@fauel.org.br, até o dia **09 de maio de 2024**.

Orientação para E-mail de envio dos documentos PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA

E-mail para: concursojaguapita@fauel.org.br

Assunto: Isenção + NOME DO CANDIDATO

Anexos: Documentos de comprovação

Corpo do e-mail: Nome do Candidato + Cargo

Data limite para envio: 09 de maio de 2024 (último dia de solicitação de isenção)

2. A exclusão do cargo de **FISCAL DE TRIBUTOS** do Concurso Público da Prefeitura de Jaguapitã aberto pelo Edital nº 001/2024.

Cargos Públicos – Quadro Geral	Vagas AC	Vagas PcD	Vagas Afrodescendentes	Nível Inicial – Vencimento	Requisitos	Jornada de Trabalho	Tipo de Provas	Taxa de Inscrição	Período de aplicação da prova objetiva
Fiscal de Tributos	02 + CR	*	**	R\$ 2.093,06	Ensino Médio Completo e carteira nacional de habilitação categoria “A e B”	40h	Objetiva	R\$ 100,00	Vespertino

3. A retificação do ANEXO III com relação ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos, para os cargos de **ADVOGADO, AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AUXILIAR DE FARMÁCIA**, conforme segue:

Onde se lê:

ADVOGADO – ENSINO SUPERIOR
OBJETIVA – TÍTULOS

DIREITO CONSTITUCIONAL E MUNICIPAL: Constituição: conceito, classificação e evolução. Dos direitos e garantias fundamentais. Liberdades constitucionais. Direitos sociais e sua efetivação. Lei da Transparência (Lei nº 12.527/2011). Poder constituinte: originário e reformador. Emenda, reforma e revisão constitucional. Cláusulas pétreas. Hermenêutica constitucional. Vigência, eficácia e validade das normas constitucionais e infraconstitucionais. Controle de Constitucionalidade. Controle concreto e abstrato de constitucionalidade. Habeas corpus, mandados de segurança, mandado de injunção e habeas data Organização do Estado Brasileiro. Federação brasileira: características, discriminação de competências na Constituição de 1988. Dos Municípios: tratamento constitucional dos Municípios em geral; criação, extinção e transformação; bens, competência e

autonomia dos Municípios. Intervenção nos Estados e Municípios. Organização municipal. Prefeito e Vice-Prefeito: competências, subsídios, incompatibilidades, responsabilidades. Câmara Municipal: composição, atribuições, subsídios, incompatibilidades, responsabilidades. Fiscalização do Município. Organização dos Poderes. Sistema de freios e contrapesos. Poder Legislativo: organização, funcionamento e atribuições. Processo legislativo: espécies normativas, procedimentos, atos e fases. Orçamento e fiscalização orçamentária e financeira. Tribunal de Contas do Estado. Poder Executivo: organização e funcionamento. Poder Judiciário: organização, funcionamento e competências. Disciplina constitucional da Administração Pública. Tratamento constitucional dos servidores públicos. Seguridade Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Ordem econômica e financeira. Disposições constitucionais sobre tributação e orçamento público. Intervenção do estado no domínio econômico. DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (DL 4657/42). Eficácia, retroatividade, interpretação e solução de antinomias das normas jurídicas. Das pessoas naturais: começo e fim da personalidade, capacidade de fato e de direito. Direitos da personalidade. Domicílio. Das pessoas jurídicas: começo e extinção, espécies, classificação, representação e responsabilidade. Fatos jurídicos. Ato jurídico: noções gerais, modalidade e formas. Efeitos do ato jurídico: pressupostos de validade, defeitos, vícios e nulidades. Ato ilícito. Prescrição e decadência. Contratos: disposições gerais do Código Civil de 2002, classificação, interpretação e extinção. Direitos das Coisas: posse, propriedade e direitos reais. Direito das Obrigações: conceito, estrutura, classificação, extinção e inexecução das obrigações. Responsabilidade civil. Modalidades de responsabilização civil. Requisitos para a responsabilização civil. Hipóteses de exclusão da responsabilidade civil. Responsabilidade civil do Estado. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Princípios gerais do processo civil. Jurisdição contenciosa e voluntária. Interpretação e aplicação das normas processuais. Competência: conceito, espécies e critérios determinativos. Competência e prerrogativa de foro. Conflitos de Competência. Direito de ação. Da jurisdição e da ação. Formação, extinção e suspensão do processo. Pressupostos processuais. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência. Mediação e conciliação. Sujeitos e partes da relação processual. Legitimidade ativa e passiva. Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. Amicus Curiae. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública em juízo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Tutela provisória. Atos processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Prazos processuais. Inércia processual: contumácia e revelia. Prescrição. Preclusão. Nulidades. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Mérito e questões preliminares. Procedimento comum: aspectos gerais, fases e âmbitos de aplicação. Petição inicial. Meios de Defesa do réu. Impulso processual. Formação, suspensão e extinção do processo. Saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Provas: aspectos gerais, espécies probatórias, requisitos para produção válida, produção antecipada. Distribuição do ônus da prova. Fatos que independem de prova. Audiências. Sentença: aspectos gerais, classificações, publicação, intimação, correção e integração da sentença. Do cumprimento da Sentença. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites. Remessa Necessária. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos: disposições Gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Embargos de Divergência. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Outros Recursos nos Tribunais Superiores. Reclamação e correição. Repercussão geral. Súmula vinculante. Recursos repetitivos. Liquidação de Sentença. Processo de Execução. Princípios gerais. Espécies. Execução contra a Fazenda Pública. Regime de Precatórios. Requisições de Pequeno Valor. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Embargos de Terceiros. Exceção de pré-executividade. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Procedimentos Especiais: noções gerais, características e espécies. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas Data. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ação de Improbidade Administrativa. Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95 e nº 10.259/01). Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei Federal nº 12.153/2009). Execução Fiscal (Lei nº 6830/90). DIREITO E PROCESSO TRIBUTÁRIO: Princípios do Direito Tributário. Fontes do direito tributário. Legislação tributária: conceito, vigência, interpretação, integração, aplicação. Competência tributária. Competência Tributária e Capacidade Tributária. Limitações ao poder de tributar. Imunidades tributárias. Isenções: noções gerais, instituição e extinção, vedações constitucionais e legais. Tributos: noções gerais, espécies, regras para instituição válida. Impostos. Contribuição de melhoria. Empréstimos Compulsórios. Contribuições. Taxas: aspectos gerais, hipóteses de incidência, requisitos de validade. Taxas e preços públicos. Obrigação tributária. Lançamento Tributário. Formas de impugnação do lançamento tributário. Crédito tributário. Causas de Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios. Administração Tributária. Dívida Ativa Tributária. Certidões Negativas, Positivas e Positivas com Efeito de Negativa. Lei complementar nº 123/06 (SIMPLES). Processo administrativo fiscal. Contencioso tributário: ações do fisco contra o contribuinte; ações do contribuinte contra o fisco; execução fiscal (Lei nº 6.830/80). Código Tributário Nacional. DIREITO ADMINISTRATIVO: Princípios do direito administrativo. Fontes do direito administrativo. Administração indireta. Controle da administração indireta. Autarquias, agências e fundações. Empresas estatais: empresas públicas e sociedades de economia mista. Consórcios públicos. Contrato de rateio e de programa. Lei Federal nº 11.107/05 e regulamentações. Convênios entre entidades federativas. Acordos de cooperação. Administração direta. Órgãos públicos. Desconcentração e descentralizações administrativas. Competência administrativa. Terceiro setor. Poderes administrativos. Poder hierárquico e suas manifestações. Poder de polícia. Competência regulamentar. Decreto executivo. Regulamentos de execução; regulamentos de complementação técnica; regulamentos impróprios. Outros veículos introdutórios de normas abstratas: resoluções, regimentos, portarias, instruções. Extinção dos regulamentos. Controle parlamentar e jurisdicional dos regulamentos. Fatos e Atos administrativos. Noções gerais de ato administrativo, classificação, requisitos de validade, mérito e limites da discricionariedade. Formação dos atos administrativos. Vícios do ato administrativo. Nulidade, anulação, revogação e convalidação do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Contratos administrativos: conceito, modalidades, caracteres jurídicos, formação, validade, extinção e modificação. Licitação: conceito, modalidades e procedimentos. Dispensa e inexigibilidade. Pregão. Registro de Preços e Registro de cadastrais. Processo Licitatório. Lei nº 14.133/2021 e alterações, Lei nº 10.520/02 e demais disposições sobre pregão eletrônico; Lei Federal nº 12.232/2010. Contratos administrativos. Conceito, natureza jurídica. Peculiaridade e características dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação do contrato. Formalidades, instrumento contratual. Eficácia. Extinção. Contratos administrativos e regime diferenciado de contratações (RDC). Diversas espécies de contratos administrativos. Administração pública locadora e locatária. Convênios administrativos. Serviços públicos: pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade. Serviço público de educação. Lei Federal nº 9.394/96. Serviço de saúde e direito sanitário. Sistema único de saúde. Lei Federal nº 8.080/90. Concessão, permissão e autorização de serviço público. Concessão de serviço público: conceito, natureza jurídica, direitos e deveres do concessionário e do poder concedente. Licitação e contratos de concessão. Lei Federal nº 8.987/95. Permissão e Autorização de serviço público. Parcerias Público-Privadas. Bens públicos. Utilização de bens públicos. Reversão dos bens públicos. Intervenção do Estado na Propriedade Privada: conceito, limites e espécies de intervenção. Desapropriação: conceito, espécies, procedimentos, formas de indenização. Retrocessão. Servidões e ocupações administrativas. Requisição Administrativa. Tombamento. Perdimento de Bens. Agentes públicos. Servidor Público. Regime jurídico do servidor público estatutário e empregado público ocupante de cargo em comissão. Direitos, deveres e responsabilidades do servidor público. Estágio probatório. Perda do cargo ou função pública. Processo administrativo, inquérito e sindicância. Responsabilidade Civil da administração direta e indireta, por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos. Responsabilização administrativa e jurisdicional. Controle da administração pública interno e externo. Controle jurisdicional: noções gerais, meios e instrumentos do controle jurisdicional, limites. Controle pelo cidadão e pelo Ministério Público. Improbidade administrativa. Poder de polícia e liberdades públicas. Improbidade Administrativa – Lei Federal nº 8.429/92. 18. Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/00. 19. Responsabilidade dos Prefeitos – Decreto-Lei nº 201/67. Acesso à informação no âmbito da Administração Pública. Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011. DIREITO DO TRABALHO: Princípios. Fontes. Aspectos Constitucionais. Interpretação e Aplicação. Direito do Trabalho na Administração Pública. Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Empregador e Empregado. Regime Celetista na Administração Pública. Contrato temporário. Contrato de Trabalho. Noção. Caracterização. Modalidades. Efeitos. Poderes. Elementos Essenciais e Acidentais. Nulidades. Formação, Alteração, Suspensão e Interrupção do contrato de trabalho. Contratos com o Estado. Responsabilidade. Salário e Remuneração. Proteção. Equiparação. Desvio de Função. Extinção do Contrato de Trabalho. Causas. Modalidades. Efeitos. Justa causa. Estabilidade. Garantia do Emprego. FGTS. Aviso Prévio. Multas. Estabilidade e

Proteção contra a Despedida Arbitrária ou sem Justa Causa. FGTS. Garantias provisórias de emprego. Terceirização. Responsabilidade na Terceirização. Duração do trabalho. Horário. Jornada. Horas Extras. Jornadas especiais. Intervalos. Regime de Compensação. Repouso Remunerados em Geral. Férias. Segurança e Medicina do Trabalho. Trabalho Insalubre e Periculoso. Ergonomia e Meio Ambiente de Trabalho. Normas Gerais e Especiais de Tutela do Trabalho. Proteção do Trabalho da Mulher. Proteção à Maternidade. Proteção do Trabalho do Menor. Responsabilidade Civil-Trabalhista. Acidente de Trabalho. Assédio. Indenização por Dano Material, Moral e Estético. Dano Coletivo. Prescrição e Decadência dos direitos trabalhistas e previdenciários. Direito Coletivo do Trabalho. Conflitos Coletivos. Acordos e Convenções Coletivas. Arbitragem e Mediação. Organização Sindical. Princípios. Unicidade Sindical. Receitas Sindicais. Sindicalização dos Servidores Públicos. Direito de Greve. Greve do Servidor Público. Aplicação dos direitos e deveres dos trabalhadores gerais aos servidores públicos. Direito da criança e do adolescente, direito da pessoa idosa, direito da pessoa com deficiência, população em situação de risco para violência (criança e adolescente, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e outros), equipamentos públicos da Assistência Social. Lei nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e da Adolescente e dá outras providências. Lei nº 10.741/2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Lei nº 13.146/2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E SUAS ALTERAÇÕES: Lei orgânica do Município. Plano de Cargos e Salários. Remuneração e carreiras.

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ENSINO MÉDIO

OBJETIVA

Lei Federal nº 6437 de 20/08/1977, que configura infrações à Legislação Sanitária Federal e estabelece as sanções respectivas. Lei Federal nº 5991/73. Biossegurança: Lei Federal nº 11.105, 24 de março de 2005. Conhecimento sobre Esterilização e desinfecção por agentes físicos e químicos; Vigilância sanitária, Vigilância epidemiologia; Vigilância ambiental. Doenças relacionadas ao consumo de alimentos e Zoonose Doenças relacionadas ao consumo de alimentos: leite e derivados, carnes em geral; Legislação sobre segurança alimentar: Portarias do Ministério da Agricultura nº 46/1996 e nº 368/1993; Portaria do Ministério da Saúde nº 326/1993; Resoluções ANVISA nº 275/2002, nº 267/2003 e nº 216/2004. Registro de Produtos Licenciamento de Estabelecimento Junto à Vigilância Sanitária Gerenciamento de Resíduos.

AUXILIAR DE FARMÁCIA – ENSINO MÉDIO

OBJETIVA

Executar sob orientação e supervisão do Farmacêutico, o controle e entrega de medicamentos; preparar medicamentos, insumos farmacêuticos e cosméticos, realizando operações de transferência de massa, divisão, transporte e medição; interpretar receitas; orientar consumidores sobre uso correto, reações adversas e conservação dos medicamentos; utilizar recursos de informática; carimbar receita na substituição do ético pelo genérico ou similar; copiar de forma legível a receita aviada e indicar de maneira clara qual o procedimento para uso correto; zelar pela conservação dos medicamentos e aparelhagem; participar eventualmente de campanhas sanitárias, fornecendo esclarecimentos à população; auxiliar em calamidades públicas, trabalhando de acordo com instruções recebidas e conforma as necessidades mais urgentes; fazer pedidos; repor estoques de medicamentos; conferir embalagens; efetuar trocas de produtos; encaminhar produtos vencidos aos órgãos competentes; documentar atividades e procedimentos; registrar entrada e saída de estoques; listar manutenções de rotina; relacionar produtos vencidos; controlar condições de armazenamento e prazos de validade; documentar dispensação de medicamentos; executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico. Lei federal 8.080/90. Carta dos Direitos dos Usuários do SUS

Leia-se:

ADVOGADO – ENSINO SUPERIOR

OBJETIVA – TÍTULOS

DIREITO CONSTITUCIONAL E MUNICIPAL: CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E EVOLUÇÃO. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. LIBERDADES CONSTITUCIONAIS. DIREITOS SOCIAIS E SUA EFETIVAÇÃO. LEI DA TRANSPARÊNCIA (LEI Nº 12.527/2011). PODER CONSTITUINTE: ORIGINÁRIO E REFORMADOR. EMENDA, REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL. CLÁUSULAS PÉTREAS. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL. VIGÊNCIA, EFICÁCIA E VALIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE CONCRETO E ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. HABEAS CORPUS, MANDADOS DE SEGURANÇA, MANDADO DE INJUNÇÃO E HABEAS DATA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO. FEDERAÇÃO BRASILEIRA: CARACTERÍSTICAS, DISCRIMINAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. DOS MUNICÍPIOS: TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS EM GERAL; CRIAÇÃO, EXTINÇÃO E TRANSFORMAÇÃO; BENS, COMPETÊNCIA E AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS. INTERVENÇÃO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL. PREFEITO E VICE-PREFEITO: COMPETÊNCIAS, SUBSÍDIOS, INCOMPATIBILIDADES, RESPONSABILIDADES. CÂMARA MUNICIPAL: COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, SUBSÍDIOS, INCOMPATIBILIDADES, RESPONSABILIDADES. FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES. SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS. PODER LEGISLATIVO: ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES. PROCESSO LEGISLATIVO: ESPÉCIES NORMATIVAS, PROCEDIMENTOS, ATOS E FASES. ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. PODER EXECUTIVO: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. PODER JUDICIÁRIO: ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E COMPETÊNCIAS. DISCIPLINA CONSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS. SEGURIDADE SOCIAL: SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO PÚBLICO. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. DIREITO CIVIL: LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (DL 4657/42). EFICÁCIA, RETROATIVIDADE, INTERPRETAÇÃO E SOLUÇÃO DE ANTI-NOMIAS DAS NORMAS JURÍDICAS. DAS PESSOAS NATURAIS: COMEÇO E FIM DA PERSONALIDADE, CAPACIDADE DE FATO E DE DIREITO. DIREITOS DA PERSONALIDADE. DOMICÍLIO. DAS PESSOAS JURÍDICAS: COMEÇO E EXTINÇÃO, ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RESPONSABILIDADE. FATOS JURÍDICOS. ATO JURÍDICO: NOÇÕES GERAIS, MODALIDADE E FORMAS. EFEITOS DO ATO JURÍDICO: PRESSUPOSTOS DE VALIDADE, DEFEITOS, VÍCIOS E NULIDADES. ATO ILÍCITO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. CONTRATOS: DISPOSIÇÕES GERAIS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, CLASSIFICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E EXTINÇÃO. DIREITOS DAS COISAS: POSSE, PROPRIEDADE E DIREITOS REAIS. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES: CONCEITO, ESTRUTURA, CLASSIFICAÇÃO, EXTINÇÃO E INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. RESPONSABILIDADE CIVIL. MODALIDADES DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL. REQUISITOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL. HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL. JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS. COMPETÊNCIA: CONCEITO, ESPÉCIES E CRITÉRIOS DETERMINATIVOS. COMPETÊNCIA E PRERROGATIVA DE FORO. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA. DIREITO DE AÇÃO. DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO. FORMAÇÃO, EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DO PROCESSO. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES. CONEXÃO E CONTINÊNCIA. MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO. SUJEITOS E PARTES DA RELAÇÃO PROCESSUAL. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS. AMICUS CURIAE. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. TUTELA PROVISÓRIA. ATOS PROCESSUAIS: CLASSIFICAÇÃO, FORMA,

PRAZO, TEMPO E LUGAR. PRAZOS PROCESSUAIS. INÉRCIA PROCESSUAL: CONTUMÁCIA E REVELIA. PRESCRIÇÃO. PRECLUSÃO. NULIDADES. PROCESSO E PROCEDIMENTO. ESPÉCIES DE PROCESSOS E DE PROCEDIMENTOS. MÉRITO E QUESTÕES PRELIMINARES. PROCEDIMENTO COMUM: ASPECTOS GERAIS, FASES E ÂMBITOS DE APLICAÇÃO. PETIÇÃO INICIAL. MEIOS DE DEFESA DO RÉU. IMPULSO PROCESSUAL. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. SANEAMENTO. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. PROVAS: ASPECTOS GERAIS, ESPÉCIES PROBATÓRIAS, REQUISITOS PARA PRODUÇÃO VÁLIDA, PRODUÇÃO ANTECIPADA. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. FATOS QUE INDEPENDEM DE PROVA. AUDIÊNCIAS. SENTENÇA: ASPECTOS GERAIS, CLASSIFICAÇÕES, PUBLICAÇÃO, INTIMAÇÃO, CORREÇÃO E INTEGRAÇÃO DA SENTENÇA. DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. COISA JULGADA. CONCEITO. ESPÉCIES. LIMITES. REMESSA NECESSÁRIA. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA. AÇÃO RESCISÓRIA. RECURSOS: DISPOSIÇÕES GERAIS. APELAÇÃO. AGRAVOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OUTROS RECURSOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECLAMAÇÃO E CORREIÇÃO. REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA VINCULANTE. RECURSOS REPETITIVOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PROCESSO DE EXECUÇÃO. PRINCÍPIOS GERAIS. ESPÉCIES. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. REGIME DE PRECATÓRIOS. REQUISITOS DE PEQUENO VALOR. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. EMBARGOS DE TERCEIROS. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REMIÇÃO. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: NOÇÕES GERAIS, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES. AÇÃO POPULAR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MANDADO DE SEGURANÇA. MANDADO DE INJUNÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. HABEAS DATA. O PROCESSO CIVIL NOS SISTEMAS DE CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. JUIZADOS ESPECIAIS (LEI Nº 9.099/95 E Nº 10.259/01). JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (LEI FEDERAL Nº 12.153/2009). EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6830/90). DIREITO E PROCESSO TRIBUTÁRIO: PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: CONCEITO, VIGÊNCIA, INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO, APLICAÇÃO. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E CAPACIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS. ISENÇÕES: NOÇÕES GERAIS, INSTITUIÇÃO E EXTINÇÃO, VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. TRIBUTOS: NOÇÕES GERAIS, ESPÉCIES, REGRAS PARA INSTITUIÇÃO VÁLIDA. IMPOSTOS. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS. CONTRIBUIÇÕES. TAXAS: ASPECTOS GERAIS, HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA, REQUISITOS DE VALIDADE. TAXAS E PREÇOS PÚBLICOS. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. FORMAS DE IMPUGNAÇÃO DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CAUSAS DE SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA. CERTIDÕES NEGATIVAS, POSITIVAS E POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVA. LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 (SIMPLES). PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO: AÇÕES DO FISCO CONTRA O CONTRIBUINTE; AÇÕES DO CONTRIBUINTE CONTRA O FISCO; EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/80). CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO: PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO. FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. AUTARQUIAS, AGÊNCIAS E FUNDAÇÕES. EMPRESAS ESTATAIS: EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA. CONSÓRCIOS PÚBLICOS. CONTRATO DE RATEIO E DE PROGRAMA. LEI FEDERAL Nº 11.107/05 E REGULAMENTAÇÕES. CONVÊNIOS ENTRE ENTIDADES FEDERATIVAS. ACORDOS DE COOPERAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO DIRETA. ÓRGÃOS PÚBLICOS. DESCENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA. TERCEIRO SETOR. PODERES ADMINISTRATIVOS. PODER HIERÁRQUICO E SUAS MANIFESTAÇÕES. PODER DE POLÍCIA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. DECRETO EXECUTIVO. REGULAMENTOS DE EXECUÇÃO; REGULAMENTOS DE COMPLEMENTAÇÃO TÉCNICA; REGULAMENTOS IMPRÓPRIOS. OUTROS VEÍCULOS INTRODUTORES DE NORMAS ABSTRATAS: RESOLUÇÕES, REGIMENTOS, PORTARIAS, INSTRUÇÕES. EXTINÇÃO DOS REGULAMENTOS. CONTROLE PARLAMENTAR E JURISDICIONAL DOS REGULAMENTOS. FATOS E ATOS ADMINISTRATIVOS. NOÇÕES GERAIS DE ATO ADMINISTRATIVO, CLASSIFICAÇÃO, REQUISITOS DE VALIDADE, MÉRITO E LIMITES DA DISCRICIONARIEDADE. FORMAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. VÍCIOS DO ATO ADMINISTRATIVO. NULIDADE, ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. ABUSO DE PODER, EXCESSO DE PODER E DESVIO DE PODER. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: CONCEITO, MODALIDADES, CARACTERES JURÍDICOS, FORMAÇÃO, VALIDADE, EXTINÇÃO E MODIFICAÇÃO. LICITAÇÃO: CONCEITO, MODALIDADES E PROCEDIMENTOS. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. PREGÃO. REGISTRO DE PREÇOS E REGISTRO DE CADASTRAIS. PROCESSO LICITATÓRIO. LEI Nº 14.133/2021 E ALTERAÇÕES, LEI Nº 10.520/02 E DEMAIS DISPOSIÇÕES SOBRE PREGÃO ELETRÔNICO; LEI FEDERAL Nº 12.232/2010. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA. PECULIARIDADE E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. PRAZO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO. FORMALIDADES, INSTRUMENTO CONTRATUAL. EFICÁCIA. EXTINÇÃO. DIVERSAS ESPÉCIES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCADORA E LOCATÁRIA. CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS. SERVIÇOS PÚBLICOS: PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, REGIME JURÍDICO, PRINCÍPIOS DO SERVIÇO PÚBLICO, USUÁRIO, TITULARIDADE. SERVIÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO. LEI FEDERAL Nº 9.394/96. SERVIÇO DE SAÚDE E DIREITO SANITÁRIO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. LEI FEDERAL Nº 8.080/90. CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO: CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, DIREITOS E DEVERES DO CONCESSIONÁRIO E DO PODER CONCEDENTE. LICITAÇÃO E CONTRATOS DE CONCESSÃO. LEI FEDERAL Nº 8.987/95. PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. PARCELIAS PÚBLICO-PRIVADAS. BENS PÚBLICOS. UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS. REVERSÃO DOS BENS PÚBLICOS. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA: CONCEITO, LIMITES E ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO. DESAPROPRIAÇÃO: CONCEITO, ESPÉCIES, PROCEDIMENTOS, FORMAS DE INDENIZAÇÃO. RETROCESSÃO. SERVIDÕES E OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS. REQUISICÃO ADMINISTRATIVA. TOMBAMENTO. PERDIMENTO DE BENS. AGENTES PÚBLICOS. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME JURÍDICO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO E EMPREGADO PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO. DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. PERDA DO CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA. PROCESSO ADMINISTRATIVO, INQUÉRITO E SINDICÂNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, POR ATOS LÍCITOS E ILÍCITOS. RESPONSABILIDADE CIVIL PESSOAL DOS AGENTES PÚBLICOS. RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E JURISDICIONAL. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INTERNO E EXTERNO. CONTROLE JURISDICIONAL: NOÇÕES GERAIS, MEIOS E INSTRUMENTOS DO CONTROLE JURISDICIONAL, LIMITES. CONTROLE PELO CIDADÃO E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PODER DE POLÍCIA E LIBERDADES PÚBLICAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LEI FEDERAL Nº 14.230/21. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00. 19. RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS – DECRETO-LEI Nº 201/67. ACESSO À INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LEI FEDERAL Nº 12.527/2011. DIREITO DO TRABALHO: PRINCÍPIOS. FONTES. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO. DIREITO DO TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO. EMPREGADOR E EMPREGADO. REGIME CELETISTA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTRATO TEMPORÁRIO. CONTRATO DE TRABALHO. NOÇÃO. CARACTERIZAÇÃO. MODALIDADES. EFEITOS. PODERES. ELEMENTOS ESSENCIAIS E ACIDENTAIS. NULIDADES. FORMAÇÃO, ALTERAÇÃO,

SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. CONTRATOS COM O ESTADO. RESPONSABILIDADE. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO. PROTEÇÃO. EQUIPARAÇÃO. DESVIO DE FUNÇÃO. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. CAUSAS. MODALIDADES. EFEITOS. JUSTA CAUSA. ESTABILIDADE. GARANTIA DO EMPREGO. FGTS. AVISO PRÉVIO. MULTAS. ESTABILIDADE E PROTEÇÃO CONTRA A DESPEDIDA ARBITRÁRIA OU SEM JUSTA CAUSA. FGTS. GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE NA TERCEIRIZAÇÃO. DURAÇÃO DO TRABALHO. HORÁRIO. JORNADA. HORAS EXTRAS. JORNADAS ESPECIAIS. INTERVALOS. REGIME DE COMPENSAÇÃO. REPOUSOS REMUNERADOS EM GERAL. FÉRIAS. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. TRABALHO INSALUBRE E PERICULOSO. ERGONOMIA E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO. NORMAS GERAIS E ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER. PROTEÇÃO À MATERNIDADE. PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR. RESPONSABILIDADE CIVIL-TRABALHISTA. ACIDENTE DE TRABALHO. ASSÉDIO. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. DANO COLETIVO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DOS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO. CONFLITOS COLETIVOS. ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS. ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO. ORGANIZAÇÃO SINDICAL. PRINCÍPIOS. UNICIDADE SINDICAL. RECEITAS SINDICAIS. SINDICALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. DIREITO DE GREVE. GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO. APLICAÇÃO DOS DIREITOS E DEVERES DOS TRABALHADORES GERAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DIREITO DA PESSOA IDOSA, DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO PARA VIOLÊNCIA (CRIANÇA E ADOLESCENTE, MULHERES, IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OUTROS), EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. LEI Nº 8.069/1990 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DA ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEI Nº 10.741/2003 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEI Nº 13.146/2015 – INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA). LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E SUAS ALTERAÇÕES: LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. REMUNERAÇÃO E CARREIRAS

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ENSINO MÉDIO

OBJETIVA

LEI FEDERAL Nº 6437 DE 20/08/1977, QUE CONFIGURA INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA FEDERAL E ESTABELECE AS SANÇÕES RESPECTIVAS. LEI FEDERAL Nº 5991/73. BIOSSEGURANÇA: LEI FEDERAL Nº 11.105, 24 DE MARÇO DE 2005. CONHECIMENTO SOBRE ESTERILIZAÇÃO E DESINFECÇÃO POR AGENTES FÍSICOS E QUÍMICOS; VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGIA; VIGILÂNCIA AMBIENTAL. DOENÇAS RELACIONADAS AO CONSUMO DE ALIMENTOS E ZOOSE DOENÇAS RELACIONADAS AO CONSUMO DE ALIMENTOS: LEITE E DERIVADOS, CARNES EM GERAL; LEGISLAÇÃO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR: PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INSTRUÇÃO NORMATIVA 8, DE 08 DE MAIO DE 2015 E Nº 368/1997; PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 326/1997; RDC Nº 275, DE 21 DE OUTUBRO DE 2002, RDC Nº 267, DE 25 DE SETEMBRO DE 2003 E RDC Nº 216, DE 17 DE SETEMBRO DE 2004. REGISTRO DE PRODUTOS LICENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO JUNTO À VIGILÂNCIA SANITÁRIA GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS.

AUXILIAR DE FARMÁCIA– ENSINO MÉDIO

OBJETIVA

boas práticas da dispensação de medicamentos; dispensação de medicamentos. USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS; POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS (PNM); POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (PNAF) E POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE (PNPS); REAÇÕES ADVERSAS. BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS; BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS; BOAS PRÁTICAS DE TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS; GARANTIA DA QUALIDADE E CONTROLE DA QUALIDADE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS; Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais; Cálculos aplicado a farmácia. SELEÇÃO, PROGRAMAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS Epidemiologia; Campanhas da Saúde; campanhas de PREVENÇÃO; COMPONENTE Básico da Assistência Farmacêutica (Cbaf); Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (Cesaf); Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf). intercambialidade de medicamentos; medicamentos genéricos e LEI Nº 9.787, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999. Lei federal 8.080/90. Carta dos Direitos dos Usuários do SUS. RDC nº 41/2012; RDC nº 44/2009; RDC nº 67/2007. Ética profissional

4. Ficam inalterados os demais itens do Edital de Abertura nº 001/2024.

Jaguapitã, 07 de maio de 2024

DIOGO ALVES

Comissão de Organização e Coordenação de Concurso Público

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:48452A7B

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/05/2024. Edição 3018
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>